

A:P:H

Associação de Professores de História

Rua das Açucenas, lote 7 - loja 12

1300-003 Lisboa

Tel 217647202 Fax 217647202

Por determinação de Sua Excelência o
Presidente da A.R. & DAC
7ª 8ª comissão

11.03.25

lumban

Associação de Professores de História
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 391279
Classificação
15/01/11
Data
011 11/03/16

Exmo. Senhor

Dr. Jaime Gama

Presidente da Assembleia da República

Palácio de S. Bento

1249-068 LISBOA

Lisboa, 14 de Março de

PETIÇÃO Nº 1783/XI/2^A

Exmo. Senhor Dr. Jaime Gama,

A Associação de Professores de História (APH) é uma associação científico-pedagógica de professores de História de todos os ciclos de ensino. Constituída em 1981 (*Diário da República*, III Série, nº 132, 9 de Junho de 1981), foi mais recentemente classificada como Associação de Utilidade Pública sem fins lucrativos (*Diário da República*, II Série, nº 140, 20 de Junho de 1995). Com sede na Rua das Açucenas, lote 7 – loja 12, 1300-003 Lisboa, o seu número de pessoa colectiva é o 501669795 e tem o endereço electrónico aph@netcabo.pt.

Atendendo ao papel fulcral que a historiografia tem — ou deveria ter — nas sociedades actuais (nos planos individual e colectivo, pessoal, profissional e cívico), entendeu-se ser necessário salientar junto dos órgãos de decisão política a importância que tem para a sociedade civil o reforço da presença da História nos currículos dos vários níveis de ensino (contrariando o que tem sido feito desde 1998-1999), bem como a necessidade de requalificar o trabalho que pode ser desenvolvido em diferentes actividades educativas, se houver uma adequada formação de professores.

Lançamos, assim, em Maio de 2010, a presente Petição (cujo texto integral anexamos) e que hoje entregamos com 4960 signatários. Sucintamente defendemos:

- a) A necessidade de um aumento do peso da História nos currículos do ensino básico e secundário em prol de uma educação que permita um melhor conhecimento da diversidade das experiências humanas e das realidades sociais; uma maior criatividade e adaptabilidade a novas situações; uma maior capacidade de cooperação e competitividade; uma maior noção dos riscos e das potencialidades envolventes; uma cidadania mais consciente e participativa.

- b) A necessidade de revalorizar quer a formação inicial (totalmente desvirtuada pelo Decreto-Lei 43/2007) quer contínua dos professores de História, uma vez que, sem docentes efectivamente qualificados e motivados, as disciplinas de História não cumprirão as funções referenciadas.

Gostaríamos de lembrar que a nossa Petição contou com signatários de diversos sectores da sociedade portuguesa. De entre todos os signatários (igualmente em anexo), destacamos a presença das seguintes individualidades: Adriano Moreira (jurista, universitário - em anexo), António Borges Coelho (historiador, universitário), António Filipe Pimentel (historiador, museólogo), António Garcia Pereira (advogado), António Manuel Hespanha (jurista, historiador, universitário), António Reis (historiador, universitário), Artur Santos Silva (jurista, banqueiro - em anexo), Carlos Alberto Antunes Barroso (advogado, Fundação Mário Soares), Carlos Bastien (economista, universitário), Clarisse Mendes (professora de História), Fernando de Castro Brandão (diplomata), Fernando Rosas (historiador, universitário), Hélder Adegar da Fonseca (historiador, universitário), Irene Flunser Pimentel (historiadora), Joaquim António de Sousa Pintassilgo (ciências da educação, universitário), João Manuel Frade Belo Bicker (*designer*), Jorge Custódio (museólogo), Jorge Fernandes Alves (historiador, universitário), José Amado Mendes (historiador, universitário), José Maria Brandão de Brito (economista, universitário), José Joaquim Dinis Reis (economista, universitário), José Luís Gordo Porfírio (crítico de arte, museólogo), José Mattoso (historiador, universitário), Luís Carlos Januário Santos (médico), Luís Reis Torgal (historiador, universitário), Maria Emília Coutinho Diniz de Sousa (professora de História), Maria Isabel Barca Oliveira (ciências da educação, universitária), Maria Matilde Sousa Franco (museóloga), Olga Maria Santos Magalhães (ciências da educação, universitária).

Solicitamos, pois, às Senhoras e aos Senhores Deputados o debate e apoio às questões e às propostas apresentadas nesta Petição.

Com os melhores cumprimentos, sou



Raquel Pereira Henriques

(Presidente da APH)



[Início](#) | [Criar Petição](#) | [Recomendar a Amigo](#)

| [Petições Actuais](#) | 

Um dos mais antigos métodos da democracia.



www.peticaopublica.com

Petição Pública

Comece já a Emagrecer Plano para Emagrecer com resultados comprovados em 30 dias. Ligue Já! www.bodyslim.pt/en

Raul Solnado - Curso Desperta o actor que há em ti Cursos de Teatro www.cursodeteatro.net

Empregos : Professores Encontre as melhores ofertas de Trabalho em sua cidade no OLX ! www.OLX.pt/Trabalho+Profes

Anúncios Google

[Ver actuais Signatários](#) | [Assinar esta Petição](#)

Petição Em favor do ensino da História

Para: Sociedade civil, Professores, Investigadores

Considera que o ensino da História é um instrumento fundamental para que os portugueses possam compreender a realidade envolvente, procurar a realização pessoal, contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o aprofundamento da democracia?

Sabe que, para além das reduções do peso curricular impostas nas últimas décadas, as disciplinas anuais de História podem vir a dar lugar a unidades curriculares semestrais de História e Geografia?

Tem conhecimento de que, actualmente, para aceder aos Mestrados em Ensino da História e da Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário basta ter realizado, numa Licenciatura de três anos (180 ECTS), dois anos (120 ECTS) em ambas as áreas disciplinares (nenhuma das quais com menos de 50 ECTS)?

Subscreva a petição proposta pela Plataforma "História, democracia e desenvolvimento", dinamizada pela Direcção da Associação de Professores de História, pelo Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; pelos investigadores e docentes António Borges Coelho, António Manuel Hespanha, Filomena Pontífice, Isabel Barca, João Paulo Avelãs Nunes, Marília Gago, Olga Magalhães, Raquel Pereira Henriques e ainda por Artur Santos Silva.

Manifesto "História, democracia e desenvolvimento"

As reformas dos Ensinos Básico e Secundário, Politécnico e Universitário concretizadas em Portugal nas últimas décadas contribuíram para a diminuição do peso quantitativo e qualitativo da historiografia — da história, da arqueologia, da história da arte e das tecnologias delas derivadas — nos currículos escolares. Complementarmente, as sucessivas reformas do sistema de ensino e de formação profissional têm implicado a perda de oportunidades de divulgação e de rentabilização deste conjunto de saberes como vectores fundamentais para o aprofundamento da democracia e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre outros exemplos de desvalorização da importância da história no âmbito escolar, salientam-se a menor presença ou a ausência de módulos ou disciplinas de história em muitas das ofertas curriculares, as alterações introduzidas em 2007 na formação inicial de professores ("Processo de Bolonha" e Decreto-Lei nº 43, de 22 de Fevereiro) e a continuada precariedade da formação contínua, a simplificação redutora do perfil funcional dos professores e a sistemática menorização das actividades extra-lectivas e extra-curriculares (visitas de estudo, clubes de actividade, exposições ou núcleos museológicos, modalidades de ligação à comunidade, programas de intercâmbio, etc.).

Devido às transformações entretanto ocorridas — níveis crescentes de integração social global e, ao mesmo tempo, de desigualdade entre regiões e países —, a história é, cada vez mais, um saber indispensável para os indivíduos e para as comunidades. A sua natureza estruturante e carácter extensivo, as múltiplas correlações com a realidade actual pressupõem e justificam, quer uma formação particularmente exigente dos professores, quer um contacto regular dos estudantes com a área de saber em causa. As disciplinas de história podem, assim, contribuir para a promoção de competências gerais,

transversais e específicas; para combater a hegemonia da cultura de massas e do absentismo cívico. Mau grado o suposto acesso universal à informação, a escola e, nesta, as disciplinas de história continuam a desempenhar um papel essencial na aquisição de capacidades de rastreio, selecção e interpretação de dados, experiências de vida e memórias. Porque trabalha com a multiplicidade das facetas das sociedades humanas no espaço e no tempo, a história facilita, pois, o contacto com instrumentos de análise que potenciam o combate às assimetrias socioculturais, que permitem uma efectiva capacidade individual de escolha.

Os saberes de matriz historiográfica são, ainda, economicamente relevantes. Garantem uma base sólida para tecnologias como a didáctica da História e o jornalismo, a arqueologia industrial e o património cultural, a museologia e o turismo cultural, a arquivologia e a biblioteconomia, a conservação e o restauro, a cultura organizacional e a diplomacia, o design e a publicidade, o cinema e a produção de conteúdos multimédia. Enriquecem, também, a generalidade dos outros desempenhos profissionais. Instituições públicas e organizações privadas; empresários e profissionais liberais, gestores e quadros superiores, chefias intermédias e trabalhadores são mais adaptáveis e imaginativos, eficazes e responsáveis, geram maior valor acrescentado de forma continuada quando adquirem, formal ou informalmente, competências históricas.

Quando encaradas de forma objectivante, as disciplinas de história podem, igualmente, contribuir para a formação e a consolidação de uma consciência social aberta, democrática e participativa. Fazem-no contextualizando fenómenos complexos; viabilizando posturas menos alienantes face às problemáticas da multiculturalidade e das identidades (locais, regionais, nacionais e globais; sexuais e etárias, socioeconómicas e socioculturais, político-ideológicas e étnico-religiosas); treinando-nos para lidar com as diferenças e as semelhanças, as mudanças e as permanências, a cooperação e a conflitualidade, as situações de crise ou estagnação e de progresso; tornando conjecturável o relacionamento entre o passado, o presente e eventuais cenários futuros.

Para que o ensino da história corresponda a estas expectativas é, no entanto, relevante que se baseie nos pressupostos epistemológicos, nos conceitos teóricos, nas metodologias de reconstituição e interpretação da "nova historiografia"; numa didáctica promotora da qualidade, da criatividade e da autonomia; numa escola de intervenção globalizante. Urge, deste modo, inverter a tendência descrita e encontrar soluções alternativas, debatendo, nomeadamente, planos curriculares, formação inicial e contínua de professores, legislação de enquadramento da escola e da profissão docente.

Lisboa, Maio de 2010

Os signatários

Assinar a Petição Em favor do ensino da História

Esta [petição](#) encontra-se alojada na internet no site [Petição Pública](#) que disponibiliza um serviço público gratuito para [petições online](#).

Caso tenha alguma questão para o autor da Petição poderá enviar através desta página: [Contactar Autor](#)

[Criar Petição](#) | [Sobre Nós](#) | [FAQ](#) | [Política de Privacidade](#) | [Termos e Condições](#) | [Enviar a um amigo](#) | [Contacte-nos](#)

Partilha: [blogger](#) [del.icio.us](#) [digg](#) [facebook](#) [furl](#) [reddit](#)
[slashdot](#) [stumbleupon](#) [vk](#) [xanga](#)

O site [Petição Pública](#) encontra-se registado na Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) com o número 9327/2009.

[Petição Pública](#) © 2008-2011. Todos os Direitos Reservados.